

10.º CONGRESSO

CGTP-ACÇÃO • FICHA TÉCNICA • Redacção, Grafismo, Paginação: CGTP-IN • Impressão: Grafinter
Director: Ulisses Garrido • N.º 49 • Dezembro 2003

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

ACÇÃO

*Contratação
Colectiva*
*Emprego
de Qualidade*
*Solidariedade
e Justiça Social*

10/0

CONGRESSO

30 e 31 Jan. 2004

Receba na hora a nossa informação ➤ Inscreva-se na mailing list em ➤ www.cgtp.pt

REFORÇAR A ACÇÃO SINDICAL

O X Congresso será um espaço de debate, de reflexão e de definição de linhas de orientação para uma acção sindical reforçada que ao defender os direitos e as aspirações de quem trabalha contribui para a resolução da grave situação em que se encontra o país:

PELA CONTRATAÇÃO COLECTIVA,
instrumento essencial de regulação das condições concretas em que se materializa o trabalho; de democratização das relações de trabalho; de avanço dos direitos laborais e de adaptação das normas de trabalho; de concretização de efectivo diálogo social nos sectores e empresas;

PELO EMPREGO DE QUALIDADE,
instrumento para uma estratégia de desenvolvimento económico e social; o desenvolvimento depende nas sociedades modernas de uma força de trabalho qualificada, motivada, bem remunerada e com direitos; só com um emprego de qualidade é possível tirar partido da revolução tecnológica em curso para desenvolver o país;

PELA SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA SOCIAL,
condições imprescindíveis para se edificar uma sociedade com menos desigualdades; a solidariedade e a justiça social não se opõem ao progresso representam, pelo contrário, condição essencial para a sua concretização.

GLOBALIZAR

a resistência e lutar contra a globalização do capital

1 A crescente interdependência entre os vários países, num complexo processo de **globalização**, marcadamente capitalista, neo-liberal e crescentemente belicista, constitui uma das principais características da evolução recente das sociedades. Esta globalização de relações económicas, políticas e sociais está a modificar profundamente as regulações antes criadas pelos sistemas nacionais.

2 O intenso desenvolvimento das **tecnologias de informação e de comunicação** e a sua apropriação pelas empresas transnacionais constitui o principal suporte do processo de internacionalização, da crescente centralização do capital, do domínio do capital financeiro e da maior desconcentração da actividade produtiva. As novas tecnologias abrem possibilidades imensas de melhorar as condições de vida e de trabalho dos cidadãos, resolvendo muitos dos graves problemas da humanidade. Mas a sua utilização para apoio a modelos neo-liberais de acumulação capitalista, a políticas belicistas e a fins anti-sociais, têm produzido efeitos que conduzem ao desmembramento das estruturas mais democráticas e das normas mais solidárias e de compromisso colectivo, que regeram até muito recentemente, as sociedades mais avançadas e de progresso. Assim, a análise das profundas alterações ocorridas deve ter presente não somente os processos de inovação tecnológica, mas também as características específicas da evolução da estrutura económico-produtiva. A experiência histórica ensina que nenhum avanço tecnológico é neutro nem as suas consequências inelutáveis. Não se trata, pois, de negar o contributo de múltiplos aspectos da mundialização e globalização para o desenvolvimento da actividade produtiva, mas, de tomar consciência de que o modelo capitalista neo-liberal que a estrutura, acompanha e conduz o processo em curso, gera maior instabilidade económica e uma crescente desigualdade social.

ATAQUE

aos direitos de quem trabalha

3 A globalização desenvolve-se num quadro de **expansão da economia de mercado capitalista**, estando intrinsecamente ligada ao agravamento das injustiças, da distribuição desequilibrada da riqueza, de ataque aos direitos dos trabalhadores e da substituição do direito pela força das armas. Este processo neo-liberal acentuou-se com a alteração radical do panorama político internacional desenhado na Segunda Guerra Mundial, decorrente do desaparecimento do bloco socialista no leste europeu. Os anos 80 e 90 assistiram ao ascenso ao poder da direita mais retrógrada em vários pontos do mundo. No início do século XXI – com a chegada ao poder de George W. Bush e com continuadas vitórias eleitorais das forças políticas mais à direita na UE e na maioria dos países do centro e leste Europeu candidatos à adesão – deu-se um novo e perigoso impulso às posições das forças mais conservadoras e até fascizantes. Aumentou a quantidade e a intensidade dos conflitos.



CONTESTAÇÃO cresce e internacionaliza-se

5 Existem pois grandes apreensões sobre o desenvolvimento do processo de construção da **União Europeia** – sobre se o designado projecto europeu, que na sua génese e evolução tem interpretado a essência da globalização em curso e, nomeadamente, se o seu “modelo social”, poderá resistir à vaga neo-liberal, afirmando-se neste projecto europeu um caminho alternativo ao dos outros pólos capitalistas, nomeadamente dos EUA. Importa realçar as diferentes graduações, características e contradições do capitalismo nos seus três grandes pólos. Se, no essencial, as opções políticas e económicas, assumidas pelo patronato e a maioria dos governos europeus, prefiguram a execução do modelo neo-liberal, mantêm-se, no nosso continente, um conjunto de conquistas sociais resultantes principalmente da luta dos trabalhadores e dos povos europeus, consubstanciadas no chamado “modelo social europeu” que é preciso afirmar e defender. Face à globalização desta ofensiva sem precedentes contra os povos e, particularmente, contra os trabalhadores e o seu movimento sindical, reclama-se a globalização da resistência e da luta que desde sempre caracterizaram a intervenção sindical.

6 Assiste-se em todos os continentes, ao nível dos países, a continuadas e, por vezes, duras e prolongadas **lutas contra as medidas mais gravosas do patronato e dos governos**. São lutas contra o desemprego, o encerramento das empresas, pelo emprego, pela redução dos horários de trabalho, pelos salários, pela formação e qualificação, pelos direitos laborais e sociais, contra a precariedade, contra a onda privatizadora, pela defesa dos serviços públicos, particularmente da segurança social, da saúde e da educação, pela paz, por condições ambientais, a partir de situações concretas, reclamando e sugerindo alternativas. São lutas próprias dos trabalhadores e dos seus sindicatos e, também, acções convergentes e articuladas dos sindicatos com outros movimentos sociais e forças políticas. Assim, e apesar da situação ser difícil e complexa, surgem claros sinais de uma crescente contestação às políticas restritivas e anti-sociais.



Belicismo avança

4 A paz e a segurança estão crescentemente ameaçadas. As agressões militares unilaterais, conduzidas pelos Estados Unidos contra a Jugoslávia, o Afeganistão e o Iraque, e a actuação conivente que têm com Israel no massacre contínuo sobre a Palestina evidenciam a sua clara pretensão de domínio imperial — em total desrespeito pela ONU e pelo direito internacional — dos principais recursos energéticos do planeta e de zonas geo-estratégicas fundamentais. Os trágicos acontecimentos do 11 de Setembro foram, neste contexto, aproveitados de imediato pelos Estados Unidos e seus aliados, para a redução de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e para lançar uma forte ofensiva política, económica, social, ideológica e militarista contra os trabalhadores e os povos.



REGRESSÃO

social e cultural

7 No plano nacional, a economia está paralisada e enfrentamos uma clara regressão social e cultural. O país vive uma crise que está muito para além das dificuldades económicas. Esta situação tem origens diversas, mas o Governo PSD/PP é hoje, inquestionavelmente, o primeiro responsável pelo estado a que o país chegou. É uma crise de viver em sociedade; de enfraquecimento dos valores estruturantes da sociedade; de perda de autoridade do Estado democrático perante as classes e os grupos sociais que têm maior poder económico e influência política e que impõem a sua vontade; de proliferação de poderes paralelos; de descrédibilização de instituições democráticas; de recuos na igualdade de direitos, na valorização do trabalho e no valor da solidariedade. Para esta degradação contribui decisivamente a acção determinante das forças sociais e políticas de direita e extrema direita que, num contexto complexo, se instalaram no poder e governam o país.

ABAIXO

da média europeia

8 O país encontra-se numa situação económica difícil. O país entrou na moeda única sem que tivesse feito a necessária convergência real, tendo havido mesmo, nos últimos anos, uma regressão com um crescimento inferior à média comunitária. A economia manteve as suas fragilidades e vulnerabilidades; manteve uma especialização baseada essencialmente em produtos de fraca riqueza incorporada e de escasso conteúdo tecnológico; fez diminutos progressos em relação à produtividade média comunitária; manteve uma elevada dependência de importações; continuou a apostar na mão-de-obra barata, parte da qual imigrada; desperdiçou, por má orientação, um significativo volume de investimento. Estes problemas agudizaram-se com a entrada no euro, com a perda de instrumentos de política económica dele decorrentes, com a perspectiva do alargamento da UE e com a liberalização do comércio internacional. Agudizaram-se também com a política de um Governo de direita que fez da redução do défice o único objectivo de política económica. Os resultados estão à vista: aumento do desemprego, deslocalização de empresas, recessão económica.

REDUÇÃO

do estado, democracia mais pobre

9 A redução do défice constituiu a justificação para fazer avançar uma política neo-liberal de redução do papel do Estado na economia e na sociedade, bem expresso no Pacto de estabilidade e de crescimento (2003-2006). As privatizações conduziram a um quase completo desmantelamento do sector empresarial do Estado, apesar dos alertas vindo de vários sectores quanto à perda de centros de decisão estratégicos a favor do capital estrangeiro. O Governo pretende agora ir mais longe através da cessão de gestão, a concessão e a delegação de serviços públicos a privados, em nome do objectivo da eficiência económica, que pode até ser oposto aos interesses dos portugueses e ao desenvolvimento do país. Apesar de Portugal ser um dos países europeus onde as famílias mais contribuem para serviços públicos essenciais, como a educação e a saúde, agravaram-se esses encargos com o aumento brutal das propinas e com o aumento das taxas moderadoras na saúde. As reformas na segurança social e na saúde têm como directriz essencial abrir partes rentáveis destes sistemas aos privados. Portugal já constitui hoje um país com desigualdades sociais gritantes. Com esta política as desigualdades acentuar-se-ão inevitavelmente.

CÓDIGO DO TRABALHO

peça duma política anti-trabalhadores

10 O Governo, ao desencadear a **revisão da legislação de trabalho**, procurou responsabilizar os trabalhadores pela baixa produtividade e pelas perdas de competitividade. Não o conseguiu nem foi tão longe quanto pretendia, mas é um facto que os direitos individuais dos trabalhadores foram enfraquecidos e que a contratação colectiva passará a exercer-se num enquadramento legal mais favorável ao patronato. A deterioração da situação económica conduziu a um agravamento muito rápido do desemprego e da qualidade do emprego, ao mesmo tempo que se não reduziu a precariedade de emprego, uma das mais elevadas da UE. A política de contenção salarial levou a uma quebra do poder de compra que penalizou mais fortemente os trabalhadores de mais baixos rendimentos, em particular os que ganham o salário mínimo nacional, e os trabalhadores da Administração Pública. As propostas legislativas, os argumentos e práticas do Governo, activamente sugeridas ou apoiadas pelas organizações patronais, quer no que se refere ao quadro geral das relações do trabalho, quer em relação às políticas sociais, têm sempre como pressuposto a velha concepção conservadora do séc. XIX, de que os detentores do poder político e económico, estão sempre imbuídos de boas intenções e, por isso, só precisam de incentivos para melhor agirem, enquanto os trabalhadores são sempre potencialmente faltosos nos seus deveres, pelos que só com castigos se tornam cumpridores. É esta concepção, assente no mais profundo afrontamento de classe, que suporta o ataque ideológico e orgânico em curso, aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

MUDAR É PRECISO

11 Vive-se o sentimento generalizado da **necessidade de profundas alterações** na nossa sociedade. No entanto, não existem ainda projectos claros com força mobilizadora para concretizar uma imperativa mudança de rumo face ao retrocesso económico e social que fragiliza as instituições. Mas manifestam-se protestos e a afirmação de vontades e capacidades passíveis de serem mobilizadas para construir alternativas políticas credíveis e portadoras de um projecto de futuro.

A mudança depende, uma vez mais, dos trabalhadores e da sua combatividade.

Do 10º congresso sairão objectivos mobilizadores e linhas de intervenção claras. Os trabalhadores têm a palavra. A defesa dos direitos e aspirações de quem trabalha e a resolução da crise em que o país se encontra exigem o envolvimento e os contributos de todos.
PARTICIPE, DISCUTA, PROPONHA.

CGTP
Intersindical Nacional
Sempre por si,
sempre consigo!

